

## Conglomerado Financeiro Original

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado financeiro Banco Original, acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas pela legislação societária brasileira, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN).

O ano de 2020 se mostrou extremamente desafiador com a pandemia de COVID-19 e suas consequências para todos. A atuação do Original foi marcada por diversas ações que tiveram o objetivo de proporcionar tranquilidade e segurança aos nossos colaboradores e apoio aos nossos clientes.

A expansão do *home office* para praticamente 100% dos colaboradores do Original foi rapidamente implementada, garantindo a segurança destes e de seus familiares. Com isso, conseguimos ter foco na assistência aos nossos clientes e rapidamente disponibilizamos novas soluções, sempre digitais e aderentes à nova realidade.

Alguns exemplos de ações foram, o recebimento do benefício emergencial com bônus de até 10%; lançamento do Fique no Verde, linha de crédito com condições especiais para reprogramação dos empréstimos pessoais, o crédito pessoal com pagamento da primeira parcela para 90 dias, o empréstimo protegido com seguro com cobertura contra desemprego, consultoria financeira e auxílio para realocação, a prorrogação do prazo para pagamento de empréstimos por 90 dias e parcelamento para até 60 vezes e o pagamento de boleto no cartão sem taxa.

A pandemia trouxe um ambiente de insegurança, volatilidade e desafios complexos, com impactos materiais e emocionais para a sociedade em geral. O distanciamento social imposto colocou à prova tradicionais modelos de negócio. Como nascemos digitais, estávamos preparados para continuar a apoiar nossos mais de 4 milhões de clientes - Pessoas Físicas e Empreendedores, sendo que destes, mais de 1 milhão abriram suas contas no Original durante o ano de 2020.

Passamos a atender Pequenas e Médias empresas, último segmento da economia que ainda não estávamos presentes. A mais nova unidade de negócios do Original permite que empresas abram e movimentem plenamente suas contas de forma totalmente digital.

A nossa unidade de *Banking as a Service* (BaaS), que presta serviços para *Fintechs* e Instituições Financeiras, também apresentou expansão exponencial em 2020. Por exemplo, o Hub de Pagamentos - ligado a liquidação de boletos, guias de impostos e contas de concessionárias - cresceu 14 vezes quando comparado com 2019.

Ainda em 2020 mudamos para a nossa nova Sede concluindo um ciclo de eficiência operacional iniciado em 2019. O edifício APOGEE, localizado na cidade de São Paulo, tem selo Ouro por seu design e construção, seguindo as orientações de eficiência energética e ambiental da Leadership in Energy and Environmental Design.

#### Original

Somos um banco digital, completo (em produtos e serviços) com atendimento humano. Este posicionamento tem atraído cada vez mais clientes do segmento Varejo (PF) e Empreendedores, atingindo 4,1 milhões em dezembro de 2020, o que representa um crescimento de 36% nos últimos 12 meses. Entre os diversos indicadores que demonstram o uso crescente dos produtos e serviços disponibilizados destacamos: crescimento de 85% da carteira de crédito no mesmo período mantendo a melhoria constante em sua qualidade, função direta do modelo de crédito implementado em 2019; elevação da

carteira de captação em 81%, atingindo R\$ 2,2 bilhões; aumento de 100% nos pagamentos (*cash out*) realizados por meio dos 12 meses. O Atacado, contamos com equipe qualificada e dedicada com regras de governança exclusiva para os segmentos (i) *Corporate*, atuando junto a Grandes Empresas no Brasil; (ii) *Agronegócios*, atuando no segmento de Grandes e Médios Agricultores e Pecuaristas; e (iii) *Recebíveis*, com produtos de cessão para os segmentos de comércio varejista, atacadista e empresas de grande porte nacionais e multinacionais.

#### Banking as a service

O BaaS nos posiciona na liderança na prestação de serviços, por meio de APIs, para nossos parceiros - *fintechs*, *startups* e instituições financeiras, totalmente em linha com o novo arcabouço regulatório em fase de estruturação por parte do BACEN, através da divisão denominada Original Hub. O mercado financeiro é dinâmico e tem sido impulsionado pela mudança do perfil do consumidor e também por uma agenda regulatória favorável. Por meio do BaaS colocamos à disposição dos nossos parceiros, tecnologia de ponta e credenciais financeiras, sempre proporcionando a melhor experiência para os clientes.

Em 2020, nos aproximamos ainda mais do mercado alvo com o lançamento do novo portal [www.openbanking.com.br](http://www.openbanking.com.br).

#### Alavancas de crescimento e geração de valor futuro

**Varejo - Base de clientes crescente e recente:** Com mais de 4 milhões de clientes, sendo 1 milhão com abertura de conta nos últimos 12 meses, conjugado com a entrega constante de novos produtos, serviços e experiências, projetamos crescimento ainda mais acelerado no volume de negócios em 2021. Isso se dará também pela contínua atração de clientes em velocidade superior a 2020.

**Tecnologia - Movida a API:** Encerramos 2020 com um portfólio extenso de APIs, resultado do investimento em tecnologia nos últimos 2 anos. Isso credenciou a unidade *Banking as a Service* junto à comunidade de *Fintechs* e Instituições Financeiras na entrega de soluções de ponta - para consultar nosso portfólio acesse [www.openbanking.com.br](http://www.openbanking.com.br). O crescimento em 2021 se dará pelo desenvolvimento de novas soluções, crescimento da volumetria de contratos recém ativados e atração de novos parceiros. Negócios com não correntistas, como empréstimo pessoal e cartão de crédito, têm apresentado crescimento em linha com os negócios com clientes diretos. Vamos que em 2021 essa tendência também estará presente.

**Original Empresas - Banco digital para Pequenas e Médias Empresas:** Inauguramos essa unidade de negócios em setembro de 2020 com um robusto portfólio de produtos e serviços digitais. A proposta de um banco digital para empresas com faturamento de até R\$ 50 milhões foi muito bem recebida pelo mercado, resultando em acelerado fluxo de propostas de aberturas de relacionamento - conta, serviços de *cash management*, operações de crédito, etc. Naturalmente em 2021, com a unidade operando desde o início do ano, apresentaremos crescimento compatível com as oportunidades existentes nesse segmento da economia que estava tão carente de soluções digitais.

#### Destaque econômico e financeiro

##### Resultado bruto da intermediação financeira

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, o resultado bruto da intermediação financeira atingiu R\$ 676,1 milhões (R\$ 1,1 bilhão em 2019). Destaca-se o crescimento das rendas com operações de crédito, atingindo R\$ 1,4 bilhão em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 819,3 milhões em 31 de dezembro de 2019).

## BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Ativo</b>			
<b>Disponibilidades</b>	<b>4</b>	<b>40.323</b>	<b>57.743</b>
<b>Ativos financeiros</b>		<b>13.350.759</b>	<b>11.270.997</b>
<b>Instrumentos financeiros</b>		<b>13.057.016</b>	<b>10.991.908</b>
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.a	446.950	658.141
Títulos e valores mobiliários	5.b	3.916.681	3.370.887
Derivativos	5.c	79.133	30.448
Relações interfinanceiras	5.d	1.180.262	11.673
Carteira de crédito		7.433.990	6.920.759
Operações de crédito	5.e	5.207.202	4.494.573
Outros créditos com características de concessão de crédito	5.e	2.475.995	2.697.193
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5.e	(249.207)	(271.007)
<b>Outros instrumentos financeiros</b>	<b>5.f</b>	<b>293.743</b>	<b>279.089</b>
<b>Ativos fiscais</b>		<b>596.530</b>	<b>491.668</b>
Ativos tributários correntes	12	51.237	73.393
Crédito tributário	12	505.293	418.275
<b>Investimentos</b>		<b>92.854</b>	<b>17.657</b>
Investimentos em participação em controladas	6	90.900	16.444
Outros investimentos	6	1.954	1.213
<b>Imobilizado</b>		<b>99.642</b>	<b>70.018</b>
Imobilizado de uso	7	178.789	130.770
Depreciação acumulada	7	(79.147)	(60.752)
<b>Intangível</b>		<b>865.314</b>	<b>721.030</b>
Ativos intangíveis	8	1.244.450	1.042.930
Amortização acumulada	8	(379.136)	(321.900)
<b>Outros ativos</b>	<b>9</b>	<b>258.981</b>	<b>208.395</b>
<b>Provisões para redução ao valor recuperável de ativos</b>	<b>10</b>	<b>(13.713)</b>	<b>(14.302)</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>15.250.690</b>	<b>12.823.206</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
<b>Passivo</b>			
<b>Passivos financeiros</b>		<b>13.027.437</b>	<b>10.194.752</b>
<b>Depósitos e demais instrumentos financeiros</b>		<b>12.960.644</b>	<b>10.040.627</b>
Depósitos	11.a	7.816.524	5.905.415
Captações no mercado aberto	11.b	73.195	349.225
Recursos de aceites e emissão de títulos	11.c	4.571.535	3.457.743
Relações interfinanceiras	5.d	477.991	314.046
Obrigações por empréstimos e por repasses	11.d	5.186	-
Derivativos	5.c	16.213	18.198
<b>Outros passivos financeiros</b>	<b>11.e</b>	<b>66.793</b>	<b>154.125</b>
<b>Passivos fiscais</b>		<b>39.752</b>	<b>156.391</b>
Passivos tributários correntes	12	20.073	70.414
Passivos tributários diferidos	12	19.679	85.977
<b>Provisões</b>	<b>13</b>	<b>59.522</b>	<b>69.300</b>
<b>Outros passivos</b>	<b>14</b>	<b>127.882</b>	<b>169.430</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.996.097</b>	<b>2.233.333</b>
<b>Atribuído ao líder do conglomerado</b>		<b>1.857.711</b>	<b>2.096.557</b>
Capital Social	15.a	2.130.001	2.130.001
Outros Resultados Abrangentes	15.d	14.417	5.736
Prejuízos Acumulados		(286.707)	(39.180)
<b>Participação das instituições não líderes do conglomerado</b>		<b>138.386</b>	<b>136.776</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>15.250.690</b>	<b>12.823.206</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Lucro/(prejuízos) acumulados	Subtotal	Capital social	Reserva legal	Participação instituições não líderes	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>2.130.001</b>	<b>3.289</b>	<b>(45.952)</b>	<b>2.087.338</b>	<b>109.123</b>	<b>3.123</b>	<b>133.013</b>	<b>2.220.351</b>
Aumento de capital		-	-	-	-	3.000	-	3.000	3.000
Ajuste investimento		-	-	(2.050)	(2.050)	-	-	(2.050)	(2.050)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	2.447	-	2.447	-	-	(114)	2.333
Resultado líquido		-	-	8.822	8.822	-	-	8.941	17.763
Destinações		-	-	-	-	-	-	(8.064)	(8.064)
Juros sobre o capital próprio	15.c	-	-	-	-	-	-	(8.064)	(8.064)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>2.130.001</b>	<b>5.736</b>	<b>(39.180)</b>	<b>2.096.557</b>	<b>112.123</b>	<b>3.569</b>	<b>136.776</b>	<b>2.233.333</b>
Mutações do período		-	2.447	6.772	9.219	3.000	446	3.763	12.982
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>		<b>2.130.001</b>	<b>11.558</b>	<b>(45.372)</b>	<b>2.096.187</b>	<b>109.123</b>	<b>3.272</b>	<b>135.974</b>	<b>2.232.161</b>
Aumento de capital		-	-	-	-	3.000	-	3.000	3.000
Ajuste investimento		-	-	(2.050)	(2.050)	-	-	(2.050)	(2.050)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	(5.822)	-	(5.822)	-	-	(52)	(5.874)
Resultado líquido		-	-	8.242	8.242	-	-	5.918	14.160
Destinações		-	-	-	-	-	-	(8.064)	(8.064)
Juros sobre o capital próprio	15.c	-	-	-	-	-	-	(8.064)	(8.064)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>2.130.001</b>	<b>5.736</b>	<b>(39.180)</b>	<b>2.096.557</b>	<b>112.123</b>	<b>3.569</b>	<b>136.776</b>	<b>2.233.333</b>
Mutações do período		-	(5.822)	6.192	6.462	3.000	297	3.000	11.772
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>2.130.001</b>	<b>5.736</b>	<b>(39.180)</b>	<b>2.096.557</b>	<b>112.123</b>	<b>3.569</b>	<b>136.776</b>	<b>2.233.333</b>
Integralização de capital	15.d	-	-	-	-	3.000	-	3.000	3.000
Outros resultados abrangentes		-	8.681	-	8.681	-	-	(310)	8.371
Ajuste participação controlada PicPay		-	-	903	903	-	-	-	903
Resultado líquido		-	-	(248.430)	(248.430)	-	-	(1.080)	(249.510)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>2.130.001</b>	<b>14.417</b>	<b>(286.707)</b>	<b>1.857.711</b>	<b>115.123</b>	<b>3.613</b>	<b>138.386</b>	<b>1.996.097</b>
Mutações do período		-	8.681	(248.430)	(248.430)	3.000	44	1.610	(237.236)
<b>Saldo em 30 de junho de 2020</b>		<b>2.130.001</b>	<b>14.592</b>	<b>(258.238)</b>	<b>1.886.355</b>	<b>112.123</b>	<b>3.544</b>	<b>136.331</b>	<b>2.022.386</b>
Integralização de capital		-	-	-	-	3.000	-	3.000	3.000
Outros resultados abrangentes	15.d	-	(175)	-	(175)	-	-	(72)	(247)
Ajuste participação controlada PicPay		-	-	65	65	-	-	-	65
Resultado líquido		-	-	(28.534)	(28.534)	-	-	(573)	(29.107)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>2.130.001</b>	<b>14.417</b>	<b>(286.707)</b>	<b>1.857.711</b>	<b>115.123</b>	<b>3.613</b>	<b>138.386</b>	<b>1.996.097</b>
Mutações do período		-	(175)	(28.469)	(28.644)	3.000	69	2.355	(26.289)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

	Nota	Capital social	Outros resultados abrangentes	Lucro/(prejuízos) acumulados	Subtotal	Capital social	Reserva legal	Participação instituições não líderes	Total
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2018</b>		<b>2.130.001</b>	<b>3.289</b>	<b>(45.952)</b>	<b>2.087.338</b>	<b>109.123</b>	<b>3.123</b>	<b>133.013</b>	<b>2.220.351</b>
Aumento de capital		-	-	-	-	3.000	-	3.000	3.000
Ajuste investimento		-	-	(2.050)	(2.050)	-	-	(2.050)	(2.050)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	2.447	-	2.447	-	-	(114)	2.333
Resultado líquido		-	-	8.822	8.822	-	-	8.941	17.763
Destinações		-	-	-	-	-	-	(8.064)	(8.064)
Juros sobre o capital próprio	15.c	-	-	-	-	-	-	(8.064)	(8.064)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>2.130.001</b>	<b>5.736</b>	<b>(39.180)</b>	<b>2.096.557</b>	<b>112.123</b>	<b>3.569</b>	<b>136.776</b>	<b>2.233.333</b>
Mutações do período		-	2.447	6.772	9.219	3.000	446	3.763	12.982
<b>Saldo em 30 de junho de 2019</b>		<b>2.130.001</b>	<b>11.558</b>	<b>(45.372)</b>	<b>2.096.187</b>	<b>109.123</b>	<b>3.272</b>	<b>135.974</b>	<b>2.232.161</b>
Aumento de capital		-	-	-	-	3.000	-	3.000	3.000
Ajuste investimento		-	-	(2.050)	(2.050)	-	-	(2.050)	(2.050)
Outros resultados abrangentes	15.d	-	(5.822)	-	(5.822)	-	-	(52)	(5.874)
Resultado líquido		-	-	8.242	8.242	-	-	5.918	14.160
Destinações		-	-	-	-	-	-	(8.064)	(8.064)
Juros sobre o capital próprio	15.c	-	-	-	-	-	-	(8.064)	(8.064)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>2.130.001</b>	<b>5.736</b>	<b>(39.180)</b>	<b>2.096.557</b>	<b>112.123</b>	<b>3.569</b>	<b>136.776</b>	<b>2.233.333</b>
Mutações do período		-	(5.822)	6.192	6.462	3.000	297	3.000	11.772
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>2.130.001</b>	<b>5.736</b>	<b>(39.180)</b>	<b>2.096.557</b>	<b>112.123</b>	<b>3.569</b>	<b>136.776</b>	<b>2.233.333</b>
Integralização de capital	15.d	-	-	-	-	3.000	-	3.000	3.000
Outros resultados abrangentes		-	8.681	-	8.681	-	-	(310)	8.371
Ajuste participação controlada PicPay		-	-	903	903	-	-	-	903
Resultado líquido		-	-	(248.430)	(248.430)	-	-	(1.080)	(249.510)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2020</b>		<b>2.130.001</b>	<b>14.417</b>	<b>(286.707)</b>					

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. O conglomerado adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo estas com partes relacionadas. Essas operações são contabilizadas no grupo de contas - outros créditos com características de concessão de crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito. A provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito é considerada suficiente pela Administração do conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen. Com o objetivo de atenuar os impactos da COVID-19 na economia, o CMN flexibilizou temporariamente a caracterização de um ativo problemático, permitindo que situações de incapacidade financeira da contraparte para honrar a obrigação nas condições pactuadas e reestruturação da operação relativa à exposição deixem de ser consideradas indicativas de que uma obrigação não será integralmente honrada. Essa flexibilização foi válida para reestruturações de operações de crédito realizadas até 30 de setembro de 2020. **Outros instrumentos financeiros:** Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço. **d) Créditos tributários:** Constituídos com base nas aliquotas vigentes. Os créditos sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período base. **e) Investimentos:** O investimento em sociedade controlada são avaliados pelo método da equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em controladas. **f) Imobilizado:** Demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - dez anos, sistemas de processamento de dados e totais - cinco anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - dez anos. **g) Intangível:** Demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das amortizações calculadas de forma linear, com período entre 6 a 180 meses, de acordo com a vida útil de cada ativo. Os ativos intangíveis correspondem aos direitos autorais que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares. **h) Provisões para redução ao valor recuperável de ativos:** É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa quando seu valor contábil

excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independentemente de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas com *impairment*, quando aplicáveis, são registradas no resultado do período em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização desses ativos. **i) Outros ativos:** Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidas, calculados em base *pro rata* dia, incorridos até a data do balanço. **j) Ativos contingentes:** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. **k) Passivos financeiros:** **Depósitos, demais instrumentos financeiros e outros instrumentos financeiros:** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata* dia. **l) Provisões: Passivos contingentes - civis, trabalhistas e fiscais:** Quando o risco é considerado possível, são divulgadas nas demonstrações financeiras, dada a incerteza de a entidade ter a obrigação que resulte em saída de recursos. Quando o risco é considerado provável, são reconhecidas nas demonstrações financeiras em virtude de serem obrigações presentes, com probabilidade de desembolso de recursos. **m) Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ e contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL:** A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% ao que exceder a R\$ 240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 20% (de janeiro a dezembro de 2019, à alíquota de 15%). **n) Programa de integração social - PIS e contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS:** O PIS (0,65%) e a COFINS (4%) são calculados sobre determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias". **o) Outros passivos:** Demonstrados pelos valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos quando aplicável, dos encargos e variações monetárias e cambiais incorridos em base *pro rata* dia. **p) Resultado recorrente e não recorrente:** Resultado recorrente corresponde às atividades típicas do conglomerado e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. Resultado não recorrente está relacionado com as atividades atípicas do conglomerado e não há previsão de ocorrer com frequência nos exercícios futuros. **q) Eventos subsequentes:** Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data de sua emissão, sendo divulgados em conformidade com a Resolução CMN nº 3.973/11.

	31/12/2020	31/12/2019
<b>4. Caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>40.323</b>	<b>57.743</b>
Disponibilidades	40.323	57.743
Em moeda nacional	4.238	2.157
Em moedas estrangeiras	36.085	55.586
<b>Aplicações no mercado aberto - Posição bancada</b> <sup>(1)</sup>	<b>312.990</b>	<b>212.489</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	312.990	12.492
Notas do Tesouro Nacional - NTN-B	-	199.997
<b>Aplicações em depósitos interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>100.200</b>
<b>Aplicações em títulos e valores mobiliários</b> <sup>(1)</sup>	<b>-</b>	<b>899.840</b>
Títulos públicos federais pós-fixados livres	-	899.840
<b>Total</b>	<b>353.313</b>	<b>1.270.272</b>

<sup>(1)</sup> Operações com prazo original igual ou inferior a 90 dias e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo.

b) Títulos e valores mobiliários: Composição da carteira por categoria, tipo de papel, nível e prazo de vencimento a valores de custo e de mercado:					31/12/2020			31/12/2019		
	Nível	Valor de custo	Marcação a mercado	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Valor contábil	Valor contábil	Valor justo
<b>1 - Títulos para negociação</b>		<b>2.484.991</b>	<b>15.512</b>	<b>14.107</b>	<b>31.619</b>	<b>914.851</b>	<b>1.539.926</b>	<b>2.500.503</b>	<b>2.078.331</b>	
<b>Carteira própria</b>										
<b>Títulos públicos</b>		<b>2.195.193</b>	<b>7.475</b>	-	<b>21.518</b>	<b>842.886</b>	<b>1.338.264</b>	<b>2.202.668</b>	<b>1.330.519</b>	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	287.258	259	-	21.518	23.732	242.267	287.517	210.165	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	1.907.935	7.216	-	-	819.154	1.095.997	1.915.151	1.120.354	
<b>Títulos privados</b>		<b>6.607</b>	<b>7.587</b>	<b>14.107</b>	<b>87</b>	-	-	<b>14.194</b>	<b>193.922</b>	
Ações de companhias abertas <sup>(1)</sup>	1	6.520	7.587	14.107	-	-	-	14.107	191.886	
Debêntures	2	87	-	-	87	-	-	87	2.036	
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>										
<b>Títulos públicos</b>		<b>206.314</b>	<b>406</b>	-	-	<b>36.045</b>	<b>170.675</b>	<b>206.720</b>	-	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	206.314	406	-	-	36.045	170.675	206.720	-	
<b>Títulos privados</b>		<b>10.008</b>	<b>6</b>	-	<b>10.014</b>	-	-	<b>10.014</b>	<b>49.262</b>	
Debêntures	2	10.008	6	-	10.014	-	-	10.014	49.262	
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>										
<b>Títulos públicos</b>		<b>66.869</b>	<b>38</b>	-	-	<b>35.920</b>	<b>30.987</b>	<b>66.907</b>	<b>480.391</b>	
Letras Financeira do Tesouro - LFT	1	-	-	-	-	-	-	-	71.177	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	66.869	38	-	-	35.920	30.987	66.907	409.214	
<b>Outros</b>		-	-	-	-	-	-	-	<b>24.237</b>	
Cotas de fundos	2	-	-	-	-	-	-	-	24.237	
<b>2 - Títulos disponíveis para venda</b>		<b>1.396.928</b>	<b>19.250</b>	<b>563.770</b>	-	<b>334.826</b>	<b>517.582</b>	<b>1.416.178</b>	<b>1.292.556</b>	
<b>Carteira própria</b>										
<b>Títulos públicos</b>		<b>799.965</b>	<b>17.355</b>	-	-	<b>326.318</b>	<b>491.002</b>	<b>817.320</b>	<b>295.419</b>	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	43.159	12	-	-	-	43.171	43.171	278.071	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	756.806	17.343	-	-	326.318	447.831	774.149	17.348	
<b>Títulos privados</b>		<b>544.146</b>	<b>1.309</b>	<b>538.966</b>	-	-	-	<b>545.455</b>	<b>570.747</b>	
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2	5.180	1.309	-	-	-	6.489	6.489	2.799	
Cotas de fundos	2	538.966	-	538.966	-	-	-	538.966	567.948	
<b>Vinculados a compromissos de recompra</b>										
<b>Títulos públicos</b>		-	-	-	-	-	-	-	<b>426.390</b>	
Notas do Tesouro Nacional - NTN	1	-	-	-	-	-	-	-	426.390	
<b>Vinculados a prestação de garantias</b>										
<b>Títulos públicos</b>		<b>28.013</b>	<b>586</b>	-	-	<b>8.508</b>	<b>20.091</b>	<b>28.599</b>	-	
Letras do Tesouro Nacional - LTN	1	4.795	1	-	-	-	4.796	4.796	-	
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	23.218	585	-	-	8.508	15.295	23.803	-	
<b>Outros</b>		<b>24.804</b>	-	<b>24.804</b>	-	-	-	<b>24.804</b>	-	
Cotas de fundos	2	24.804	-	24.804	-	-	-	24.804	-	
<b>Total</b>		<b>3.881.919</b>	<b>34.762</b>	<b>577.877</b>	<b>31.619</b>	<b>1.249.677</b>	<b>2.057.508</b>	<b>3.916.681</b>	<b>3.370.887</b>	

<sup>(1)</sup> Ações da JBS S.A. O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela B3, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário. Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na B3 e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não havia títulos mantidos até o vencimento e instrumentos mensurados no nível 3.

**Resultado**

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Resultado em títulos de renda fixa	206.040	154.790	385.228	248.930
Resultado em aplicações interfinanceiras de liquidez (nota 5 a)	(6.686)	61.994	27.240	65.228
Resultado em títulos no exterior (nota 5 a)	8.393	15.047	26.925	47.389
Resultado em títulos de renda variável	1.131	208.139	5.727	540.245
<b>Total</b>	<b>208.878</b>	<b>439.970</b>	<b>445.120</b>	<b>901.792</b>

**Derivativos:** A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e, em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação. Premissas para determinação de preços de mercado: **• Futuros e Opções padronizadas** - Cotações em bolsas; **• Opções não padronizadas** - Determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado; **• Swaps e NDF** - O fluxo de caixa de cada uma de suas partes é descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da B3. Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais *notional* e estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir. **Composição da carteira por indexador:**

	31/12/2020			31/12/2019		
	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo	Valor referencial	Valor de custo	Valor justo
<b>1 - Non deliverable forward</b>						
<b>Posição ativa</b>	<b>991.616</b>	<b>64.486</b>	<b>61.984</b>	<b>1.419.701</b>	<b>19.921</b>	<b>17.532</b>
Prefixado	-	-	(31)	382.817	6.075	6.345
Real	-	-	-	170	1.506	1.478
Dólar	990.697	64.486	62.015	1.036.714	12.340	9.709
Euro	919	-	-	-	-	-
<b>Posição passiva</b>	<b>991.616</b>	<b>(2.839)</b>	<b>(2.131)</b>	<b>1.419.701</b>	<b>(11.801)</b>	<b>(15.359)</b>
Prefixado	991.616	(2.839)	(2.131)	1.036.649	(2)	(14.681)
Real	-	-	-	235	(69)	-
Dólar	-	-	-	380.371	(667)	(552)
Euro	-	-	-	2.446	(11.063)	(126)
<b>Diferencial líquido</b>	<b>-</b>	<b>(5.143)</b>	<b>(3.067)</b>	<b>-</b>	<b>(8.120)</b>	<b>(1.726)</b>
<b>2 - Swap</b>						
<b>Posição ativa</b>	<b>594.749</b>	<b>8.679</b>	<b>17.149</b>	<b>751.758</b>	<b>2.929</b>	<b>12.455</b>
Prefixado	237.820	64	2.166	233.113	28	1.691
CDI	284.701	190	4.410	392.845	2.141	8.664
Dólar	72.228	8.425	10.573	125.800	760	2.100
<b>Posição passiva</b>	<b>594.749</b>	<b>(13.822)</b>	<b>(14.082)</b>	<b>751.758</b>	<b>(2.341)</b>	<b>(1.863)</b>
Prefixado	284.701	(72)	(429)	348.954	(75)	(4)
CDI	88.734	-	-	88.129	(216)	(41)
Dólar	221.314	(13.750)	(13.653)	314.396	(2.050)	(1.781)
Euro	-	-	-	279	-	-
<b>Diferencial líquido</b>	<b>-</b>	<b>(5.143)</b>	<b>(3.067)</b>	<b>-</b>	<b>(588)</b>	<b>(10.592)</b>
<b>3 - Opções</b>						
<b>Posição ativa</b>	-	-	-	<b>37.966</b>	-	<b>461</b>
Compra de opções	-	-	-	37.966	-	461
<b>Posição passiva</b>	-	-	-	<b>37.966</b>	-	<b>(976)</b>
Venda de opções	-	-	-	37.966	-	(976)
<b>Diferencial líquido</b>	-	-	-	-	-	<b>(515)</b>
<b>4 - Futuros</b>						
<b>Posição ativa</b>	<b>2.999.674</b>	-	-	<b>2.061.342</b>	-	-
DI	891.400	-	-	1.860.700	-	-
DDI	1.444.683	-	-	-	-	-
BGI	-	-	-	18.897	-	-
Dólar	660.412	-	-	178.358	-	-
Euro	3.179	-	-	3.387	-	-
<b>Posição passiva</b>	<b>5.517.299</b>	-	-	<b>5.803.150</b>	-	-
DI	3.625.700	-	-	2.651.500	-	-
DDI	1.891.599	-	-	2.745.310	-	-
BGI	-	-	-	5.101	-	-
Dólar	-	-	-	401.239	-	-

**Composição da carteira por vencimento e valor diferencial:**

	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total
<b>Diferencial a receber(pagar) ao valor justo</b>	<b>41.078</b>	<b>18.775</b>	<b>(59.853)</b>	<b>2.173</b>
Non deliverable forward	(10.823)	520	13.370	10.592
Swap	-	-	-	461
Compra de opções	-	-	-	(976)
Venda de opções	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>30.255</b>	<b>19.295</b>	<b>(13.370)</b>	<b>(12.250)</b>

**Resultado com derivativos**

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Non deliverable forward	35.591	11.477	221.023	7.901
Dólar	(13.733)	(76.875)	14.299	(84.624)
Moedas	3.795	98	6.176	(159)
Opções	645	517	1.951	1.216
Futuro de dólar	1.565	(1.187)	917	2.667
Milho	-	(18)	45	(51)
COF	16	60	16	(9)
S&P	(365)	436	(241)	977
BGI	(1.338)	(1.423)	(2.944)	(1.277)
DI	(10.193)	20.081	(2.249)	46.997
Swap	3.491	13.877	(9.261)	25.726
DDI <sup>(1)</sup>	(22.430)	(41.035)	(921.430)	(28.073)

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

## 6. Investimentos

## Investimentos em participação em controladas:

	Movimentação de		01/01 a	
	31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	31/12/2020	31/12/2019
	Valor do investimento	Equivalência patrimonial	Valor do investimento	Equivalência patrimonial
<b>Controladas</b>				
Original Asset Management Ltda.	3.323	41	3.364	232
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	495 (23.914)	23.910	491 (15.726)	
Original App Ltda.	3.009 (19)	(142)	2.848 418	
Picpay Serviços S.A. (a)	9.517 (59.470)	134.500	84.097 (6.688)	
Original Investimentos Imobiliários	100	-	100	-
<b>Total</b>	<b>16.444 (83.362)</b>	<b>157.818</b>	<b>90.900 (21.764)</b>	

(a) Em 29 de outubro de 2019, o conglomerado adquiriu o controle acionário da PicPay Serviços S.A. junto à J&F Investimentos S.A. O valor total da compra foi de R\$ 57.061, que corresponde a 6.265 ações ordinárias. O valor de aquisição das ações teve como base o laudo de avaliação elaborado pela Ernst Young Assessoria Empresarial Ltda., com data-base de 31 de maio de 2019, que atribuiu preço mínimo de R\$ 321.308. A compra da participação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil em 16 de maio de 2019, na forma do disposto no art. 8º da Resolução CMN nº 2.723. Essa operação gerou Ágio de R\$ 56.987. Em maio de 2020, foram adquiridas 1.705 ações, no valor de R\$ 19.340. **Outros investimentos:**

CERTA - Central de Registro de Títulos e Ativos

Obra de arte

**Total**

7. Imobilizado

Composição:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo contábil	Depreciação acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
<b>Imobilizado de uso</b>				
Sistemas de processamento de dados	70.832	-	70.832	40.150
Instalações, móveis e equipamentos de uso	105.161 (78.108)	27.053	29.787	-
Sistemas de segurança e comunicações	2.648 (891)	1.757	81	-
Veículos	148 (148)	-	-	-
<b>Total</b>	<b>178.789 (79.147)</b>	<b>99.642</b>	<b>70.018</b>	

30/06/2020

	Movimentação de 01/07 a 31/12/2020		31/12/2020	
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação
Sistemas de processamento de dados	76.677	5.402	(7)	(11.240)
Instalações, móveis e equipamentos de uso	25.113	5.125 (22)	(3.163)	27.053
Sistemas de segurança e comunicações	947	945	-	(135)
<b>Total</b>	<b>102.737</b>	<b>11.472 (29)</b>	<b>(14.538)</b>	<b>99.642</b>

31/12/2019

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2020		31/12/2020	
	Saldo contábil	Aquisições	Baixas	Depreciação
Instalações, móveis e equipamentos de uso	29.787	11.869 (8.391)	(6.212)	27.053
Sistemas de processamento de dados	40.150	51.520 (377)	(20.461)	70.832
Sistemas de segurança e comunicações	81	1.967 (63)	(228)	1.757
<b>Total</b>	<b>70.018</b>	<b>65.356 (8.831)</b>	<b>(26.901)</b>	<b>99.642</b>

8. Intangível

Composição:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo contábil	Amortização acumulada	Saldo contábil	Saldo contábil
Gastos com desenvolvimento	976.641	(329.020)	647.621	565.883
Software	186.528	(50.116)	136.412	93.830
Mais-valia em investimentos em controladas	81.281	-	81.281	61.317
<b>Total</b>	<b>1.244.450 (379.136)</b>	<b>865.314</b>	<b>721.030</b>	

30/06/2020

	Movimentação de 01/07 a 31/12/2020		31/12/2020	
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização
Gastos com desenvolvimento	606.080	95.976 (3.998)	(50.437)	647.621
Software	106.954	29.458	-	136.412
Mais-valia em investimentos em controladas	81.281	-	-	81.281
<b>Total</b>	<b>794.315</b>	<b>125.434 (3.998)</b>	<b>(50.437)</b>	<b>865.314</b>

31/12/2019

	Movimentação de 01/01 a 31/12/2020		31/12/2020	
	Saldo inicial	Aquisições	Baixas	Amortização
Gastos com desenvolvimento	565.883	184.445 (4.238)	(98.469)	647.621
Software	93.830	42.582	-	136.412
Mais-valia em investimentos em controladas	61.317	19.964	-	81.281
<b>Total</b>	<b>721.030</b>	<b>246.991 (4.238)</b>	<b>(98.469)</b>	<b>865.314</b>

9. Outros ativos

Bens não de uso próprio - imóveis

Devedores diversos no país

Despesas pagas antecipadamente

Devedores por depósitos em garantia - contingências trabalhistas

Devedores por depósitos em garantia - contingências fiscais

Devedores por depósitos em garantia - contingências cíveis

Valores a receber de sociedades ligadas

Rendas a receber

Adiantamentos a fornecedores

Adiantamentos salariais

**Total**

Circulante

Não circulante

10. Provisões para redução ao valor recuperável de ativos

Provisão para desvalorização de bens não de uso próprio

**Total**

11. Passivos financeiros: Depósitos e demais instrumentos financeiros

a) Depósitos: Composição:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Sem vencimento	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses
<b>Depósitos à vista</b>	<b>551.701</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>551.701</b>
Pessoas físicas	246.785	-	-	246.785
Pessoas jurídicas	194.515	-	-	194.515
Vinculados	74.095	-	-	74.095
Pessoas jurídicas ligadas	36.306	-	-	36.306
<b>Contas pré-pagamento</b>	<b>6.105</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.105</b>
<b>Depósitos interfinanceiros</b>	<b>-</b>	<b>73.658</b>	<b>511.084</b>	<b>584.742</b>
<b>Depósitos a prazo</b>	<b>-</b>	<b>1.716.016</b>	<b>2.269.059</b>	<b>2.688.901</b>
Em moeda nacional	-	543.295	1.749.165	2.688.901
Em moeda estrangeira	-	1.172.721	519.894	1.692.155
<b>Total</b>	<b>557.806</b>	<b>1.716.016</b>	<b>2.342.717</b>	<b>3.199.985</b>

O conglomerado emite CDB com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 150% do CDI (90% e 129,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019) e em operações pré-fixadas entre 2,00% ao ano e 19,60% ao ano (4,18% e 19,60% ao ano em 31 de dezembro de 2019). O conglomerado emite RDB com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 101,5% e 106% do CDI (90% e 129,5% do CDI em 31 de dezembro de 2019) e em operações pré-fixadas entre 2,15% ao ano e 19,60% ao ano (4,18% e 19,60% ao ano em 31 de dezembro de 2019). **b) Captações no mercado aberto: Composição:**

	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
<b>Títulos públicos</b>	<b>63.191</b>	<b>63.191</b>	<b>299.997</b>	<b>426.379</b>
Letras do Tesouro Nacional	63.191	63.191	-	126.382
Notas do Tesouro Nacional	-	-	299.997	299.997
<b>Títulos privados</b>	<b>10.004</b>	<b>10.004</b>	<b>49.228</b>	<b>69.236</b>
Debêntures	10.004	10.004	49.228	69.236
<b>Total</b>	<b>73.195</b>	<b>73.195</b>	<b>349.225</b>	<b>515.615</b>

c) Recursos de aceites e emissão de títulos: Composição:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Letras de crédito do agronegócio (a)	488.000	610.294	1.022.289	2.120.583
Letras de crédito imobiliária (a)	239.356	578.693	1.027.027	1.845.076
Letras financeiras (a)	5.454	547.043	53.379	605.876
<b>Total</b>	<b>732.810</b>	<b>1.736.030</b>	<b>2.102.695</b>	<b>4.571.535</b>

(a) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 80% e 122,4% do CDI (90% e 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Em operações pré-fixadas, a taxa praticada varia entre 1,31% e 8,6% a.a. (5,03% e 13,26% a.a. em 31 de dezembro de 2019); (b) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 90% e 122% do CDI (90% e 106% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Em operações pré-fixadas, a taxa praticada varia entre 1,27% e 8,61% a.a. (3,79% e 15,25% a.a. em 31 de dezembro de 2019); (c) Taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 100% e 121% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2019). Em operações pré-fixadas, taxa de 22,1% (22,1% em 31 de dezembro de 2019). **Resultado:**

	01/07 a 31/12/2020		01/01 a 31/12/2019	
	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
<b>Captação com depósitos</b>	<b>(153.936)</b>	<b>(203.323)</b>	<b>(344.899)</b>	<b>(416.181)</b>
Depósitos a prazo	(148.171)	(199.293)	(336.381)	(406.962)
Depósitos interfinanceiros	(5.765)	(4.030)	(8.518)	(9.219)
<b>Captação no mercado aberto</b>	<b>(886)</b>	<b>(2.414)</b>	<b>(1.944)</b>	<b>(3.282)</b>
Carteira própria	(886)	(2.414)	(1.944)	(3.282)
Carteira de terceiros	-	-	-	(1.270)
<b>Recursos de crédito e emissão de títulos</b>	<b>(74.552)</b>	<b>(99.673)</b>	<b>(153.246)</b>	<b>(201.151)</b>
Letras de crédito imobiliária	(34.996)	(48.322)	(71.451)	(92.339)
Letras de crédito do agronegócio	(27.307)	(46.519)	(62.840)	(99.116)
Letras financeiras	(12.249)	(4.832)	(18.955)	(9.696)
<b>Contribuições ordinárias</b>	<b>(5.200)</b>	<b>(5.754)</b>	<b>(10.663)</b>	<b>(10.620)</b>
Contribuição ao Fundo Garantidor de Crédito	(5.200)	(5.754)	(10.663)	(10.620)
<b>Varição cambial</b>	<b>90.810</b>	<b>-</b>	<b>90.810</b>	<b>2.109</b>
<b>Total</b>	<b>(143.764)</b>	<b>(311.164)</b>	<b>(419.942)</b>	<b>(629.125)</b>

d) Obrigações por empréstimos e repasses no país: Composição:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Até 3 meses	Total	Total	Total
Funcafé - custeio	2.594	2.594	-	-
Funcafé - capital de giro	2.592	2.592	-	-
<b>Total</b>	<b>5.186</b>	<b>5.186</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

**Resultado**

	01/07 a 31/12/2020		01/01 a 31/12/2019	
	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
Despesas com bancos no exterior	-	(4.019)	(135.023)	(6.532)
Despesas com repasses institucionais oficiais	(130)	(61)	(300)	(497)
Varição cambial	-	13.773	15.656	13.773
<b>Total</b>	<b>(130)</b>	<b>9.693</b>	<b>(119.667)</b>	<b>6.744</b>

## e) Outros passivos financeiros: Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Carteira de câmbio passiva	50.766	148.059
Negociação e intermediação de valores	8.511	1.121
Relações interdependências	-	2.558
Outros	7.516	2.387
<b>Total</b>	<b>66.793</b>	<b>154.125</b>
Circulante	66.793	154.125

## 12. Ativos e passivos fiscais

## Ativos tributários correntes: Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Contribuição social a compensar	30.189	28.351
Imposto de renda a compensar	15.234	39.263
COFINS a compensar	4	8
PIS a compensar	1	2
Outros	5.809	5.769
<b>Total</b>	<b>51.237</b>	<b>73.393</b>
Circulante	51.237	73.393

## Passivos tributários correntes: Composição:

	31/12/2020	31/12/2019
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	2.390	3.024
Impostos e contribuições sobre salários	12.010	13.863
Provisão para imposto de renda	396	26.367
Provisão para contribuição social	312	16.307
Outros	4.965	10.853
<b>Total</b>	<b>20.073</b>	<b>70.414</b>
Circulante	20.073	70.414

## Ativos tributários diferidos: Movimentação:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo inicial	01/07 a 31/12/2020	Saldo inicial	01/01 a 31/12/2019
Constituições	509.619	378.967	418.275	333.025
Reversões	(78.366)	(45.344)	(256.538)	(184.832)
<b>Saldo final</b>	<b>(82.692)</b>	<b>(6.036)</b>	<b>(169.520)</b>	<b>(99.582)</b>
Circulante	<b>505.293</b>	<b>418.275</b>	<b>505.293</b>	<b>418.275</b>
Não circulante	-	-	-	-

## Passivos tributários diferidos: Movimentação:

	31/12/2020		31/12/2019	
	Saldo inicial	01/07 a 31/12/2020	Saldo inicial	01/01 a 31/12/2019
Constituições	21.615	230.880	85.977	84.272
Reversões	(143.908)	(191.100)	(189.600)	(387.275)
<b>Saldo final</b>	<b>(145.844)</b>	<b>(336.003)</b>	<b>(255.898)</b>	<b>(385.570)</b>
Circulante	<b>19.679</b>	<b>85.977</b>	<b>19.679</b>	<b>85.977</b>
N				



www.original.com.br

# Conglomerado Financeiro Original

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

	31/12/2020		31/12/2019	
	Empresas do grupo J&F	Entidade controladora (1)	Entidades controladas (2)	Outras partes relacionadas
<b>Ativos</b>				
Caixa e equivalentes	143.790	-	76.189	-
Instrumentos financeiros	420.163	-	1.157.930	-
Outros ativos	-	-	39.885	-
<b>Passivos</b>				
Depósitos e demais instrumentos financeiros	1.101.504	716	45.652	59.775
Outros passivos	-	-	16.467	-
<b>Resultado</b>				
Rendidas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	113.429	-	130	-
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(3.235)	(3)	(150)	(620)
Outras receitas e despesas	(6.632)	-	(81.883)	-
<b>Resultado</b>				
Rendidas originadas por instrumentos financeiros e outros ativos	14.848	-	130	-
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(1.809)	(1)	(107)	(291)
Outras receitas e despesas	(3.725)	-	(81.883)	-
<b>Ativos</b>				
Instrumentos financeiros	1.670.411	-	-	-
Depósitos e demais instrumentos financeiros	725.526	8	135.777	42.076
<b>Resultado</b>				
Despesas com depósitos e demais instrumentos financeiros	(8.560)	(1)	(4.691)	(1.494)
Outras receitas e despesas	20.887	-	-	-

(1) J&F Participações S/A. (2) Original Asset Management Ltda., Original Corporate Corretora de Seguros Ltda., Original APP Ltda., PicPay Serviços S/A e FIDC PicPay.

**24. Estrutura de gerenciamento de riscos**  
O conglomerado preza por uma estrutura organizacional que permite um controle tempestivo, independente e assertivo, suportado por processos de identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades, mantendo-se sempre em linha com as melhores práticas de mercado e atendendo às regulações pertinentes. Ponto fundamental da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesses e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes, sendo o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço e a independência na mensuração e reporte de riscos por essas áreas em processos já implantados. O conglomerado segregou suas exposições em carteiras de negociação (*trading*) e carteira bancária (*banking*), seguindo, além das melhores práticas de mercado, as diretrizes da Resolução nº 4.557/2017 e da Circular nº 3.354/2007, que estabelecem critérios mínimos para classificação de operações nas instituições financeiras. As posições nas quais há intenção de obter ganhos associados às oscilações de mercado são classificadas na carteira *trading* do conglomerado. Nesse caso, diariamente, essas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração. As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: - *Value at risk (VaR)* paramétrico, com nível de confiança de 99,9% e *holding period* estipulado de acordo com o prazo de liquidação da carteira; - *Stress test*; - *Stop loss*. Aqueles classificados como *banking* possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado e de taxa de juros da carteira bancária composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Essas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

Carteira trading - dezembro/2020	Value at risk	31/12/2020	31/12/2019
<b>Fator de risco</b>	<b>Média</b>	<b>Fechamento</b>	<b>Fechamento</b>
Pré-fixado	481	351	91
Boi gordo	-	-	5
Soja	-	-	108
Moedas estrangeiras	1.408	196	317
Índice bolsa	6	-	-
Ação bovespa	852	678	54.160
Exposição com correlação	1.033	804	53.276

**Carteira banking - dezembro/2020**

Risco	Teste de estresse	31/12/2020	31/12/2019
	<b>Média</b>	<b>Fechamento</b>	<b>Fechamento</b>
Risco de taxa de juros	56.923	52.348	2.798

Destaca-se que a redução relevante do *value at risk (VaR)* na linha referente ao fator de risco ações foi resultado da diminuição do estoque de ações da JBS. O aumento do valor do risco de taxa de juros foi resultado da mudança de modelo de cálculo do IRRBB, sempre em linha com as diretrizes do comitê de Basileia e das disposições das regulamentações vigentes. O conglomerado qualifica e gerencia seus potenciais riscos nas seguintes classes: **Risco de crédito** - Possibilidade de ocorrência de perdas financeiras associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas respectivas obrigações nos termos pactuados, integral ou parcialmente, sempre observando proativamente não só o desempenho e perspectivas dos negócios do cliente como também o valor das garantias agregadas. **Risco de mercado** - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos preços de mercado de posições detidas, inclusive as eventuais perdas decorrentes do tamanho da posição frente à liquidez dos mercados durante processos de

liquidação. **Risco de liquidez** - Possibilidade do conglomerado não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações financeiras esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive aquelas decorrentes da vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas. **Risco operacional** - Possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de reflexos advindos de eventos externos. Gestão de capital - É o processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas.

**a. Gerenciamento de riscos operacionais:** Segundo a resolução nº 4.557/17, incluem-se nos eventos de risco operacional as fraudes internas e externas, práticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços, falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades do conglomerado, danos a ativos físicos próprios ou de uso pelo conglomerado, aqueles que acarretam interrupção de atividades, falhas em sistemas de tecnologia da informação, demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho. Inclui-se ainda os riscos associados a falhas em processos realizados por terceiros que possam afetar a operação do conglomerado e consequentemente sua imagem, inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo conglomerado, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais/regulatórios, incluindo o descumprimento do programa de integridade e indenizações decorrentes das atividades desenvolvidas pelo conglomerado. A estrutura de risco operacional do conglomerado visa a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais o conglomerado está exposto, além de disseminar internamente a cultura de controle de riscos. Esta estrutura está formalizada na política de gerenciamento de risco operacional, documento que define a metodologia, os processos e as responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de risco operacional deve atuar de forma corretiva e preventiva, evitando novos eventos ou a reincidência de falhas, e elaborar um plano de contingência para continuidade dos negócios. A estrutura conta ainda com o comitê de risco operacional e controles internos. **b. Gerenciamento de riscos de mercado:** O risco de mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do conglomerado. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam identificar, mensurar, controlar e reportar os riscos de mercado intrínsecos a cada posição. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do conglomerado segue as melhores práticas de mercado e atende ainda os requisitos da resolução nº 4.557/17 do Bacen. A análise de exposição das carteiras do conglomerado é pautada em processos realizados pela diretoria de riscos em conformidade com as diretrizes definidas e formalizadas na política de risco de mercado, documento interno aprovado e revisado pelo comitê executivo de gestão integrada de riscos (CEGIR). Os pilares que estruturam a gestão de risco de mercado e de taxa de juros são: • *VaR* (valor em risco); • *Stress test*; • *Stop loss*; • Análise de sensibilidade. **c. Gerenciamento de riscos de liquidez:** As diretrizes da alta Administração para o processo de risco de liquidez são norteadas pela política de risco de liquidez que é aprovada e revisada pelo comitê executivo de gestão integrada de riscos (CEGIR). Esta política segue as melhores práticas de mercado além de estar em linha com a resolução nº 4.557/17 do conglomerado. A definição dos limites e a periodicidade de monitoramento, bem como sua revisão, também são de responsabilidade do CEGIR. A diretoria de riscos é responsável por identificar, monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a liquidez do conglomerado. Este monitoramento é realizado diariamente, sendo reportado às áreas e fóruns responsáveis pela gestão de liquidez. Estas informações quantitativas em conjunto com as estratégias de crescimento do conglomerado, balizam as estratégias de captação e de aplicação de forma a garantir um nível adequado de liquidez. Os pilares que estruturam estas análises são: • Fluxo de caixa; • Teste de estresse; • Caixa mínimo. **d. Gerenciamento de riscos de crédito:** Conforme a resolução nº 4.557/2017 do Bacen, o risco de crédito é definido como a possibilidade de perda financeira decorrente de não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados, da deterioração da qualidade creditícia da contraparte ou instrumento mitigador, reestruturação de instrumentos financeiros, ou custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos. O comitê executivo de gestão integrada de riscos (CEGIR) é responsável pela definição do seu apetite ao risco de crédito e seus processos de gerenciamento. A diretoria de riscos cabe propor ao CEGIR os limites de apetite a risco de crédito, as formas de mensuração, avaliação, monitorar e reportar. Cabe ainda à diretoria de riscos, desenvolver modelos de aprovação de crédito, de mensuração das exposições potenciais, de concentração de riscos, bem como avaliar a adequação das provisões para depósitos duvidosos da carteira de crédito. **e. Gerenciamento de risco socioambiental:** Consciente de sua responsabilidade para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável e comprometido com o respeito à dignidade humana e com a disseminação da cultura de responsabilidade socioambiental, o conglomerado possui uma política de responsabilidade socioambiental (PRSA) e realiza o acompanhamento contínuo dos princípios, estratégias e diretrizes ali estabelecidas. A PRSA do conglomerado é um instrumento de gestão integrada que abrange: Estrutura de governança direcionada às questões socioambientais; avaliação e gestão de risco socioambiental; atividades e operações escopo da PRSA, observando-se os princípios da proporcionalidade, razoabilidade e eficiência; verificação da aderência à PRSA; divulgação e a revisão da PRSA; e capacitação de empregados para a implementação de ações em sintonia com a PRSA. Faz parte do gerenciamento dos riscos socioambientais as verificações do cumprimento das regras e procedimentos estabelecidos na PRSA. Para isso, o conglomerado possui uma estrutura de governança corporativa constituída e que, entre outros, tem o objetivo de implementar, avaliar e monitorar a efetividade e a adequação de sua PRSA. Inclui: conselho de Administração - órgão máximo da governança do conglomerado, sendo responsável pela aprovação da PRSA, acompanhamento de sua implementação; comitê executivo de gestão integrada de riscos - propor as diretrizes do apetite a risco socioambiental; comitê de risco operacional e controles internos (CROCI) - órgão nomeado pelo comitê executivo de gestão integrada de riscos, com a função de tratar questões socioambientais, monitorando e avaliando a PRSA; comitê de ética - órgão responsável por tratar questões internas relacionadas a conflitos de interesse e violações do código de ética, códigos de conduta setoriais, políticas, circulares normativas internas, e regulamentação aplicável; as áreas de controles internos, riscos e compliance, como parte de suas responsabilidades, realiza o monitoramento do cumprimento das disposições da PRSA através da aplicação de metodologia de gerenciamentos de riscos.

**25. Suficiência de capital**  
O gerenciamento de capital consiste no processo contínuo de monitoramento e controle do capital necessário para fazer face aos riscos a que o conglomerado está sujeito, diante de seus objetivos estratégicos, refletidos em suas metas. Neste sentido, as Resoluções nº 4.192 e nº 4.193 de 2013 e alterações posteriores, definiram as principais métricas para alocação de capital das instituições, seguindo as orientações do comitê de Basileia. Nessas resoluções foram instituídos os conceitos de patrimônio de referência (PR nível I e nível II) e ativos ponderados pelo risco (RWVA). O cálculo dos ativos ponderados pelo risco (RWVA) consiste em uma soma de parcelas que quantificam e consolidam os riscos de mercado, crédito e operacional. Consequentemente, o índice de Basileia verifica a relação entre a base de capital e os diversos riscos incorridos pelo conglomerado. No quadro abaixo destaca-se a abertura do índice de Basileia, calculado com base nas demonstrações contábeis consolidadas do conglomerado prudencial (Banco Original S.A., Banco Original do Agronegócio S.A., Offshore Cayman, PicPay Serviços S.A., Fundo de Investimento em Direitos Creditórios PicPay, Original App e Crednovo Sociedade de Empréstimos Entre

Pessoas S.A.), nos termos da resolução nº 4.280, substituindo o conceito de conglomerado financeiro.

	31/12/2020	31/12/2019
Patrimônio de referência Nível I	1.030.622	1.375.393
<b>Patrimônio de referência (Níveis I e II)</b>	<b>1.030.622</b>	<b>1.375.393</b>
<b>RWA - Ativos ponderados pelo risco</b>	<b>10.203.294</b>	<b>10.376.218</b>
RWACPAD (parcela de risco de crédito)	8.653.764	8.570.045
RWAMPAD (parcelas de risco de mercado)	88.309	596.303
RWAOPAD (parcela de risco operacional)	1.461.221	1.209.870
<b>Índice de Basileia III e II</b>	<b>10,1%</b>	<b>13,3%</b>

No exercício de 2020, o conglomerado mostrou-se enquadrado no limite de capital regulatório e com patrimônio de referência compatível com seu nível de risco. O conglomerado divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de nível I e nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se no endereço eletrônico www.original.com.br. Adicionalmente ao Índice de Basileia, as instituições financeiras são obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor.

**26. Informações complementares**

**a. Garantias prestadas:** Em 31 de dezembro de 2020, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo conglomerado, mediante comissão, somam R\$ 280.829 (R\$ 358.854 em 31 de dezembro de 2019), que estão sujeitos a encargos financeiros e contragarantias dadas pelos beneficiários.

	31/12/2020	31/12/2019
Vinculadas a licitações, leilões, prestação de serviços ou execução de obras	-	20.961
Aval ou fiança em processos judiciais e administrativos de natureza fiscal	262.429	1.487
Outras fianças bancárias	18.399	118
<b>Total</b>	<b>280.828</b>	<b>1.605</b>

**b. Seguros:** Em 31 de dezembro de 2020, as unidades de negócio do conglomerado estavam seguradas mediante sete apólices, cuja cobertura total somava R\$ 427.880. O prêmio pago foi de R\$ 1.042. **c. Plano de aposentadoria e pensões:** O conglomerado não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplicam ao conglomerado as exigências dispostas na deliberação CVM nº 695/2012. **d. Plano de saúde - benefício pós-emprego:** O conglomerado é o principal patrocinador do plano de saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrado pela Bradesco Saúde, cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência à saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde conforme cláusulas do acordo coletivo, salvo exceções (reintegrações e eventuais prorrogações). O montante custeado para os demitidos até 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 1.504 (R\$ 523 em 31 de dezembro de 2019). **e. Combate aos efeitos da COVID-19:** Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) deveria ser tratado como uma pandemia, devido ao seu alcance global. Diversas ações significativas de governos e entidades do setor privado foram tomadas para combater essa ameaça. O conglomerado, em linha com CMN e o Bacen, adotou medidas para mitigar os impactos causados pelo coronavírus (COVID-19), especificamente sobre operações de crédito e aspectos relacionados à adequação de capital. Cabe destacar que o conglomerado manteve suas atividades operacionais normalmente, adotando o home office como prática para grande parte de seus colaboradores. Adicionalmente, por se tratar de uma crise sem precedentes, o coronavírus (COVID-19) trouxe uma nova fonte de incertezas à atividade econômica global. Assim, a Administração tem avaliado de maneira contínua os riscos e impactos identificados desta pandemia nas estimativas e julgamentos críticos para a elaboração das demonstrações financeiras, bem como a manutenção de suas operações. **f. Resultado recorrente e não recorrente:**

	01/07 a 31/12/2020	01/07 a 31/12/2019	01/01 a 31/12/2020	01/01 a 31/12/2019
<b>Resultado líquido</b>	<b>(29.107)</b>	<b>14.160</b>	<b>(249.510)</b>	<b>17.763</b>
<b>Resultado não recorrente líquido dos efeitos tributários</b>	-	38.045	-	38.045
<b>Resultado recorrente</b>	<b>(29.107)</b>	<b>(23.885)</b>	<b>(249.510)</b>	<b>(20.282)</b>

**27. Acordo de colaboração de executivos e ex-executivos e de leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A.**

Em junho de 2017, a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), atual acionista indireta do Banco Original S.A. e do Banco Original do Agronegócio S.A. (em conjunto com o Banco Original), celebrou acordo de leniência com o MPF ("acordo"), e o Banco Original S.A. aderiu formalmente ao acordo em 4 de outubro de 2017. Em decorrência dos acontecimentos, a Administração do conglomerado, em cumprimento a seus deveres de diligência, contratou o escritório de advocacia Sampaio Ferraz Sociedade de Advogados que iniciou, juntamente com a Grant Thornton Corporate Consultores de Negócios Ltda. ("assessores"), uma investigação interna relacionada aos fatos narrados no acordo, visando a constatar eventuais repercussões desses fatos no conglomerado. Entendemos também ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do acordo, foi constituído um comitê de supervisão independente ("comitê"), para, entre outras atribuições, supervisionar a realização de investigação interna. Esse comitê ratificou a contratação dos assessores e passou a supervisionar, de forma independente, os trabalhos investigativos para verificar a observância das melhores práticas profissionais. A investigação foi formalmente encerrada em 27 de fevereiro de 2018. Os assessores concluíram a investigação e não foram identificadas evidências de que a Administração do conglomerado ou seus empregados que foram objeto de investigação realizaram qualquer prática ilícita vinculada a atividades de corrupção. As demais investigações realizadas em empresas sob controle da J&F, por força do acordo, estão em curso e não foram concluídas. A conclusão dessas investigações poderá tratar de fatos pertinentes a qualquer das sociedades nas quais a J&F detém participação direta ou indireta.

**28. Eventos subsequentes**  
Em assembleia geral extraordinária de 29 de janeiro de 2021, foi deliberado e aprovado o aumento de capital social da controladora PicPay, no montante de R\$ 129.500, mediante a emissão, subscrição e integralização de 153.842 ações, sendo 76.291 ordinárias e 76.291 preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal. Esta deliberação está em processo de aprovação pelo BACEN.

## A DIRETORIA

Alexandre Correa Abreu - Diretor-Presidente

Érico de Arruda Holanda - Diretor

## CONTADOR

Marcelo Rosas Betine - CRC 1 PR044644/O-6 "S" SP

## RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

O comitê de auditoria (comitê) do Conglomerado Financeiro Original (conglomerado) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do conglomerado, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras. O comitê é um órgão composto por três membros externos e independentes e reporta-se ao Conselho de Administração (conselho). Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do conglomerado, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna e a auditoria independente. Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do comitê e os órgãos da Administração do conglomerado, de modo que as solicitações de informações dos componentes do colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições. A Administração do conglomerado é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado financeiro e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade. A auditoria interna é diretamente subordinada ao conselho e supervisionada pelo comitê. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A

metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A auditoria interna provê o conselho, a presidência, a diretoria executiva e o comitê de auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do conglomerado. A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado financeiro, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do conglomerado e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. O comitê reuniu-se 13 vezes no exercício de 2020 (12 vezes no exercício de 2019) e fez 77 reuniões (83 no exercício de 2019) com a empresa de auditoria independente, com o responsável pela auditoria interna, bem como com os gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020. Nenhuma recomendação foi emitida

para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020. O comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórios frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado financeiro do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do conglomerado. Com base nas informações recebidas, o comitê de auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do conglomerado. O comitê de auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas do conglomerado financeiro auditadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2021  
O comitê de auditoria

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS DO CONGLOMERADO FINANCEIRO

Acionistas e ao Conselho de Administração do Conglomerado Financeiro Original

São Paulo - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original ("Conglomerado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conglomerado Financeiro Original, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. **Base para a opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original". Somos independentes em relação ao Conglomerado, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Investigação J&F Investimentos S.A.** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 27 às demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado, que descreve sobre o Acordo de Colaboração de Executivos e Ex-Executivos e de Leniência da JBS S.A. e J&F Investimentos S.A., atual acionista indireta do Conglomerado, bem como sobre o processo de investigação conduzido, sob responsabilidade do Comitê de Supervisão Independente e previsto no acordo de leniência, em relação a J&F Investimentos, controladas e coligadas. Nossa opinião não está ressaltada em relação a esse assunto. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre e exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. **Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3c e 5e para fins de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, o conglomerado classifica suas operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, de acordo com o julgamento da administração quanto ao nível de riscos, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e aos garantidores/garantias, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" o risco mínimo e "HH" o risco máximo. Nesse sentido, a classificação das operações de crédito em níveis de risco envolve premissas e julgamentos do conglomerado sobre a classificação de risco. Devido à relevância das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito e do montante de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito e o fato do cálculo da referida provisão basear-se em premissas e julgamentos feitos pela administração, consideramos que este é um assunto significativo para nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos relacionados aos processos de aprovação, registro, atualização das operações de crédito e outros créditos com características de concessão de crédito, bem como as metodologias, premissas e dados internos de avaliação dos níveis de risco ("ratings"), que suportam a classificação das operações e suas principais premissas. Verificamos, com base em amostragem, as informações que suportam a definição e revisão dos ratings dos clientes do conglomerado com base nas políticas internas de crédito, tais como a análise de crédito, informações financeiras e cadastrais, garantias e plano de recuperação judicial, que inclui as metodologias e premissas utilizadas para a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Analisamos o cálculo aritmético da provisão, incluindo na avaliação o atendimento aos requisitos estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999 relacionados à apuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito. Por fim, analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original são apropriadas em relação às normas vigentes. Com base nas

evidências obtidas por meio dos procedimentos acima descritos, consideramos que o nível de provisionamento é aceitável no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020. **Avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários:** Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3d e 12, as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original incluem ativos relativos a créditos tributários. Os créditos tributários sobre adições temporárias, quando aplicável, são realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos e os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social são realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observando o limite de 30% do lucro real do período base. Devido à relevância dos saldos relativos a esses créditos tributários, por basearem-se em estimativas de rentabilidade futura, alto grau de julgamento, considerando premissas econômicas e de crescimento do Banco e pelo impacto que eventuais alterações destas premissas poderia gerar nos valores registrados nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Avaliamos o desenho e a implementação dos controles internos relevantes, referentes ao processo de determinação e aprovação das premissas utilizadas para fins de elaboração de projeção de resultados futuros a qual é base para a avaliação sobre a realização e ativação dos saldos de créditos tributários. Com o suporte técnico dos nossos especialistas, testamos a razoabilidade e consistência dos métodos, premissas e dados utilizados na preparação do plano de negócios do Conglomerado além do estudo técnico e a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários, bem como, a avaliação feita pelo Conglomerado dos eventuais efeitos na conjuntura econômica em suas projeções de resultados futuros. Adicionalmente, testamos os cálculos matemáticos incluídos no estudo técnico de realização dos respectivos créditos e analisamos se as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras consolidadas são apropriadas em relação às normas vigentes. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável a avaliação da expectativa de realização dos créditos tributários no contexto das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2020. **Outros assuntos - Demonstrações Financeiras Individuais:** O Banco Original S.A., instituição líder do Conglomerado, elaborou um conjunto completo de demonstrações financeiras individuais para o semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2020 de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, apresentadas separadamente, sobre as quais emitimos relatório de auditoria independente sem modificações em 2 de março de 2021. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original e o relatório do auditor:** A administração do Conglomerado é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conglomerado continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original a não ser que a administração pretenda liquidar o conglomerado ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Conglomerado são aqueles com responsabilidade pela supervisão do

processo de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original:** Nossa opinião não tem o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas do Conglomerado Financeiro Original, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conglomerado. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conglomerado.